Remuneração docente em Mato Grosso do Sul a partir do FUNDEB (2007-2020): o que dizem as produções?

Teacher remuneration in Mato Grosso do Sul from FUNDEB (2007-2020): what do productions say?

Remuneración docente em Mato Grosso del Sur a partir del FUNDEB (2007-2020): ¿qué dicen las producciones?

Ana Carolina Alves Tibúrcio[1]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Solange Jarcem Fernandes[2]
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo levantar as produções acadêmicas relacionadas ao Fundeb (2007-2020) no estado de Mato Grosso do Sul e analisar a sua relação com a remuneração docente a partir de artigos, dissertações e teses. O levantamento foi realizado em quatro bases de dados: Google Acadêmico, Acesso Café (periódicos Capes), Oasis Br e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O termo de busca utilizado foi "o Fundeb no estado de Mato Grosso do Sul". A implementação do fundo, conforme suas leis de criação e regulamentação, possibilitou avanços para a educação ao promover a redistribuição de recursos entre as diversas etapas e modalidades da educação básica brasileira. As produções analisadas foram unânimes ao apontar que o Fundeb trouxe benefícios importantes tanto para a valorização docente quanto para o fortalecimento das políticas educacionais, pois cumpriu seu propósito ao garantir recursos destinados ao pagamento dos profissionais da educação.
Palavras-chave: FUNDEB; Mato Grosso do Sul; Remuneração docente.

ABSTRACT

This article aims to survey productions related to Fundeb (2007-2020) in Mato Grosso do Sul state and its relationship with teaching remuneration based on articles, dissertations and theses. The survey was carried out in four databases: Google Scholar, Café access (Capes periodicals), Oasis Br and the Institutional Repository of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). The search term used was "Fundeb in Mato Grosso do Sul state". The execution of the Fund based on the laws of creation and regulation enabled a gain for education, in the sense of being a form of redistribution of resources for the levels and modalities of the several levels of Brazilian basic education. It is noteworthy which there was a consensus in the analyzed productions that Fundeb represented gains, both for teacher development and for educational politics, as it fulfilled the objective of allocating resources to pay education professionals.
Keywords: FUNDEB; Mato Grosso do Sul; Teaching Remuneration.

[1]Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Presidente Prudente), mestre em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e licenciada em História (UFMS). Atualmente, é docente (temporária) da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (REE/MS)
[2]Doutorado em Educação (UFMS, 2013). Bolsista de Pós-doutorado CNPq pelo Edital Atlânticas na Universidade de Talca/Mauli/Chile no período de outubro de 2024 a junho de 2025. Atua como professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em regime de dedicação exclusiva, lotada na Faculdade de Educação (FAED). É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Faculdade de Educação (PPGEdu/FAED/UFMS) desde 2017. http://orcid.org/0000-0003-0287-6172

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo recopilar las producciones académicas relacionadas con el Fundeb (2007-2020) en el estado de Mato Grosso del Sur y analizar su relación con la remuneración docente a partir de artículos, disertaciones y tesis. La recopilación se realizó en cuatro bases de datos: Google Académico, Acesso Café (periódicos Capes), Oasis Br y el Repositorio Institucional de la Universidad Federal de Mato Grosso del Sur (UFMS). El término de búsqueda utilizado fue "el Fundeb en el estado de Mato Grosso del Sur". La implementación del fondo, conforme a sus leyes de creación y reglamentación, posibilitó avances para la educación al promover la redistribución de recursos entre los diversos niveles y modalidades de la educación básica brasileña. Las producciones analizadas fueron unánimes al señalar que el Fundeb trajo beneficios importantes tanto para la valorización docente como para el fortalecimiento de las políticas educativas, ya que cumplió su propósito al garantizar recursos destinados al pago de los profesionales de la educación.
Palabras clave: FUNDEB; Mato Grosso del Sur; Remuneración docente.

1 Introdução

O trabalho docente é influenciado por uma série de aspectos que abrangem os âmbitos social, político e econômico. Quando analisados, esses fatores não apenas contribuem para a compreensão da formação e das especificidades da prática docente, mas também permitem a visualização dos fatores que, somados em um conjunto de indicadores, evidenciam a valorização ou a desvalorização desse grupo de profissionais.

No contexto da construção da educação e da valorização docente, a reflexão apresentada por Grochoska e Gouveia (2020, p. 2) é essencial para a compreensão deste percurso. Os autores destacam que “a valorização de professores deve ser compreendida não apenas como um princípio para a qualidade da educação, mas também um princípio para a qualidade da vida do trabalhador”. Esse trecho evidencia que a valorização docente não se restringe a um único aspecto, mas contempla uma dualidade: ela está associada tanto à melhoria do ensino e à qualidade da educação quanto à qualidade de vida dos professores. Não se trata apenas de reconhecer o valor desses profissionais no ambiente de trabalho, mas também de assegurar condições dignas para sua existência também fora dele.

Discutir a valorização ou desvalorização dos docentes implica, ainda, observar as legislações e os marcos legais estabelecidos ao longo dos anos, os quais desempenham um papel importante na melhoria das condições de trabalho e nas possibilidades de reconhecimento e valorização desses profissionais.

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

Portanto, a partir das leituras realizadas, compreende-se que a valorização dos professores pode ser construída a partir de uma série de fatores. Segundo Oliveira (2013, p. 52) "o termo valorização docente reúne três importantes elementos que interferem na sua condição profissional, são eles: a remuneração, a carreira e condições de trabalho e a formação inicial e continuada". Dentre esses, destaca-se que o primeiro elemento, a remuneração, é o foco do desenvolvimento deste trabalho.

Ao aprofundar as leituras e estudos, percebe-se que as políticas constituem um dos principais instrumentos para promover a valorização dos docentes e, consequentemente, a melhoria das condições de trabalho. No caso brasileiro, observa-se um longo histórico de legislações que tiveram esse propósito, como por exemplo: a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (MEC, [s.d.]), o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014), a Lei n. 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN (Brasil, 2008), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (Brasil, 2007), entre outras. Essas iniciativas representaram as variadas formas de lutar pela valorização dos profissionais da educação, incluindo os docentes. Contudo, é importante destacar que o Fundeb é o foco principal deste artigo.

O objetivo deste trabalho é levantar a produção bibliográfica sobre a remuneração docente e o Fundeb, bem como analisar seus impactos na remuneração dos professores. Nesse sentido, compreender as produções acadêmicas existentes é um passo fundamental não apenas para acessar o conhecimento já consolidado, mas também para verificar a configuração do estado atual e as lacunas existentes nos campos de pesquisa, criando, assim, um direcionamento para a pesquisa proposta.

2 As legislações e a remuneração docente: os principais marcos para se falar sobre o FUNDEB (2007-2020)

Antes de abordar especificamente o Fundeb, é necessário destacar algumas legislações que, no âmbito nacional e estadual, trouxeram impactos para a valorização dos professores. Essas normas ajudam a contextualizar a proposta do trabalho, sendo importante ressaltar que

os destaques realizados se referem aos aspectos relacionados à remuneração e valorização docente.

A Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) estabelece, em seu preâmbulo, a instituição de um Estado Democrático voltado para assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, dentre outros valores considerados essenciais. Além disso, a CF reconhece a educação como um direito social, e, no artigo 206, aborda os princípios que regem o ensino no Brasil, dando destaque para a valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma de lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União (Brasil, 1988).

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), desempenha um papel central na compreensão do percurso de construção da valorização docente. Ao longo de seu texto, a LDB apresenta alguns artigos voltados para a valorização dos profissionais da educação, como o Artigo 3°, que estabelece que o ensino deve ser ministrado com base em alguns princípios específicos, inserindo, no princípio de número VII, a valorização do profissional da educação escolar. Adicionalmente, o artigo 67 também atribui aos sistemas de ensino a responsabilidade de promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando a eles, dentro dos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público, a garantia de ingresso por meio de concurso público, aperfeiçoamento continuado, piso salarial profissional, progressão funcional, período reservados a estudos e condições adequadas de trabalho.

Após esse panorama de legislações que trouxeram garantias para o trabalho e a valorização dos docentes, é relevante destacar que, antes da criação do Fundeb, existia o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Esse fundo destinava seus recursos exclusivamente ao ensino fundamental. Segundo o Manual de Orientação do Fundef (MEC, [s.d.]):

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino (MEC, [s.d.], p. 1).

O Fundeb foi criado a partir da Emenda Constitucional (EC) n. 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Conforme o artigo 1° da Lei, foi instituído, no âmbito de cada Estado e Distrito Federal, um "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de natureza contábil" (Brasil, 2007). Ele trouxe avanços significativos ao contemplar todas as etapas e modalidades da educação básica, além de incluir todos os profissionais que atuam no setor educacional. Vigente até 2020, o Fundeb foi substituído pelo Novo Fundeb, instituído pela Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Durante sua vigência, foi o modelo de financiamento educacional público adotado pelo Estado brasileiro.

Com a criação do Fundef e, posteriormente, do Fundeb, o financiamento público da educação passou por uma minirreforma contábil que alterou a trajetória dos recursos destinados à educação. A implementação desses fundos envolveu a utilização de impostos e transferências dos recursos vinculados constitucionalmente à área educacional. Para a valorização de professores, esses fundos contábeis direcionaram uma subvinculação de 60% para pagamento dos salários docentes (Fernandes, 2013).

O foco central no contexto da Fundeb é a remuneração dos professores, cuja valorização, além de estar explicitamente presente no próprio nome do fundo, é abordada em diversos capítulos da legislação. Esse aspecto é destacado como um de seus objetivos centrais. A remuneração dos profissionais da educação é amplamente discutida, como exemplificado no Art. 2º, que a relaciona ao objetivo de garantir uma remuneração condigna aos profissionais da educação. No Art. 22, estabelece-se a destinação de, pelo menos, 60% dos recursos anuais totais

do fundo para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica que estejam em exercício. Ainda nesse artigo, a remuneração é definida como "o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores [...]" (Brasil, 2007). Além disso, o Art. 40 atribui aos Estados, Distrito Federal e Municípios a responsabilidade pela implementação dos Planos de Carreira e Remuneração (PCCR) para os profissionais da educação. Esses planos visam a assegurar uma remuneração justa, promover a integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola, e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Além do Fundeb, outras legislações relacionadas ao tema, encontradas ao longo do levantamento, também são incorporadas à discussão desenvolvida a seguir, por contribuírem ao trazer contexto para a exposição feita a partir das produções acadêmicas pesquisadas. A primeira delas é a Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica. Essa lei define o PSPN como "o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais" (Brasil, 2008).

O Art. 6º da Lei n. 11.738 reforça a responsabilidade dos entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – de elaborar ou adequar os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, de forma a cumprir as disposições do PSPN, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal de 1988. Por fim, a legislação também define os profissionais do magistério público da educação básica, compreendendo como tal aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 2008).

No contexto da valorização docente e das legislações relacionadas à profissão, destaca-se a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE),

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

com vigência de 10 anos a partir de sua publicação. Entre as diretrizes do PNE, a valorização docente é explicitamente mencionada no artigo 2º, item 9: "valorização dos(as) profissionais da educação" (Brasil, 2014). Além disso, o PNE inclui 20 metas, das quais as de números 15, 16, 17 e 18 tratam diretamente dos profissionais da educação. De forma resumida, essas metas têm como objetivos: garantir a formação específica em nível superior para professores da educação básica; proporcionar formação em nível de pós-graduação para pelo menos 50% dos professores; promover a valorização dos profissionais do magistério público, buscando equiparar o rendimento médio da categoria ao de outros profissionais com escolaridade equivalente; e assegurar a existência de planos de carreira para esses profissionais, tendo como referência o piso salarial nacional.

Embora o PNE tenha abrangência nacional, ao tratar do contexto estadual é essencial abordar o Plano Estadual de Educação (PEE). No estado de Mato Grosso do Sul, o PEE foi regulamentado pela Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014 (Mato Grosso do Sul, 2014). Esse estado, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, é composto por 79 municípios e representa 22,2% da extensão territorial da região.

O PEE (2014-2024), alinhado às metas 15, 16, 17 e 18 do PNE, destaca a valorização dos profissionais da educação na diretriz IX. Essa diretriz busca promover a valorização a partir da satisfação do trabalhador com sua escolha profissional, enfatizando fatores como condições de trabalho motivadoras, fortalecimento da identidade com a carreira e reconhecimento do trabalho desenvolvido, entre outros aspectos. Esses aspectos são fundamentais para garantir a eficiência e sustentabilidade da profissão docente, promovendo melhorias na qualidade do ensino e na retenção de profissionais qualificados no setor. O documento também aponta desafios específicos para a educação no estado, ressaltando a necessidade de políticas educacionais que enfrentem problemas como a "baixa valorização dos profissionais da educação e a insuficiência da organização orçamentária para a área de educação" (Mato Grosso do Sul, 2014, p. 94).

3 Procedimentos metodológicos

O presente estudo é caracterizado por uma pesquisa qualitativa, com a revisão das produções bibliográficas, modalidade que busca mapear, sistematizar e analisar a produção

acadêmica sobre a remuneração docente na perspectiva do Fundeb, no estado de Mato Grosso do Sul, entre o período de 2007 a 2020.

O levantamento das produções foi realizado em quatro bases de dados: Google Acadêmico, Acesso Café (periódicos Capes), Oasis Br e o Repositório Institucional da UFMS. O termo de busca utilizado em todas as bases foi "o Fundeb no Estado de Mato Grosso do Sul". A escolha de incluir o estado no termo de busca visou delimitar a pesquisa para produções acadêmicas relacionadas ao contexto local.

Embora não tenha sido estabelecido, a priori, um recorte temporal para a busca nas bases de dados, o período das produções localizadas concentrou-se entre 2007 e 2020, intervalo que corresponde à vigência do Fundeb em sua primeira configuração, o que justifica a delimitação temporal adotada na análise.

A busca integrou diferentes tipos de produções, como artigos, dissertações e teses. Durante o processo, observou-se que muitas publicações apareciam de modo simultâneo em duas ou mais bases, enquanto outras, estavam disponíveis apenas em um único local.

Inicialmente, a busca resultou um elevado número de produções, refletindo a necessidade de aplicar filtros para identificar o material relevante. Foi observado que os buscadores, ao processarem o termo de busca, de modo frequente, consideravam palavras isoladas da expressão completa, gerando itens que nem sempre estavam relacionados ao tema. Assim, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: produções que abordassem explicitamente o Fundeb em Mato Grosso do Sul; estudos que estabelecessem relação direta ou indireta com a remuneração docente; trabalhos disponíveis na íntegra que dialogassem com a remuneração e o Fundeb no estado mencionado. Portanto, foram excluídos textos que mencionavam o Fundeb de modo superficial ou que não dialogassem com a valorização/remuneração docente.

O levantamento das produções foi realizado em quatro bases de dados: Google Acadêmico, Acesso Café (periódicos Capes), Oasis Br e o Repositório Institucional da UFMS. O termo de busca utilizado em todas as bases foi "o Fundeb no Estado de Mato Grosso do Sul". A escolha de incluir o estado no termo de busca visou a delimitar a pesquisa para produções acadêmicas relacionadas ao contexto local.

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

Após a aplicação dos filtros, foram selecionadas apenas as produções que relacionavam o Fundeb com a remuneração docente. Estabelecer essa limitação foi fundamental para possibilitar um comparativo entre as produções sobre a temática.

Ao término da filtragem, foram totalizadas 17 produções: 12 artigos, 3 dissertações e duas teses. Todas as produções foram lidas na íntegra, possibilitando a elaboração de sínteses analíticas. A análise buscou identificar: os enfoques predominantes; as perspectivas teóricas adotadas; as recorrências temáticas; e as lacunas existentes na produção sobre o Fundeb e a remuneração docente em Mato Grosso do Sul.

3.1 O Fundeb (2007-2020) na perspectiva dos artigos: o que eles dizem?

O quadro 1 apresenta uma síntese das produções acadêmicas do gênero artigo científico que analisam o Fundeb no período de 2012 a 2024.

Quadro 1 – Produções de Artigos sobre o Fundeb (2007-2020)

Ano	Título	Autoras(es)
2012	Planos de cargos, carreira e remuneração do magistério sul mato-grossense (1979-2010): Primeiras aproximações	Margarita Victoria Rodríguez, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Caroline Hardoim Simões
2016	Vencimento salarial docente - O caso do Fundeb e do PSPN	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Solange Jarcem Fernandes
2018	Análise da evolução dos gastos por aluno em alguns estados brasileiros, suas respectivas capitais e sua relação com o Fundeb	Aline Kazuko Sonobe, José Marcelino De Rezende Pinto, Josete Maria Cangussú Ribeiro
2018	Dinâmica dos vencimentos e da remuneração docente nas redes estaduais no contexto do Fundeb e do PSPN	Rubens Barbosa de Camargo, Thiago Alves, Maria da Graça Bollmann
2020	O financiamento do ensino médio em contexto federativo: o caso do estado de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2018	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Terezinha Pereira Braz
2020	Contribuições para um Balanço do Fundeb: redistribuição dos recursos, despesas com remuneração e vínculo de trabalho docente	Márcia Aparecida Jacomini, Marcos Edgar Bassi, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Rosana Maria Gemaque Rolim, Rubens Barbosa de Camargo
2020	FUNDEF, Fundeb e Novo Fundeb: Perspectivas para o financiamento da educação de Estados e Municípios	Remi Castioni, Mônica Serafim Cardoso, Alisson Capuzzo
2021	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a política de valorização dos docentes	Josefa dos Santos Silva, Onivan de Lima Correa, Celeida Maria da Costa de Souza e Silva

2022	Remuneração docente em contexto de austeridade fiscal: uma análise das redes municipais de ensino dos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná	Andréa Barbosa Gouveia, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Marcos Alexandre dos Santos Ferraz
2023	Um balanço do Fundeb no estado de Mato Grosso do Sul (2009 a 2020)	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Solange Jarcem Fernandes
2023	Remuneração salarial de professores em redes públicas de ensino	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Solange Jarcem Fernandes
2024	Política de carreira e remuneração docente em Mato Grosso do Sul: análise de artigos científicos [2016-2020]	Carolina Luiza Feldkircher Gonzaga

Fonte: Google Acadêmico, Acesso Café, Oasis BR e Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O artigo "Planos de cargos, carreira e remuneração do magistério sul mato-grossense (1979-2010): primeiras aproximações", de Rodríguez, Fernandes e Simões (2012), analisa as políticas públicas de valorização do trabalho docente no contexto estadual. A análise é feita tanto a partir da criação dessas políticas quanto da promulgação do Estatuto representado pela Lei Complementar n. 4, de 12 de janeiro de 1981, que influenciou a organização das relações e condições de trabalho dos servidores públicos. O Fundeb é citado como aspecto pertencente ao contexto de reforma do Estado Brasileiro, especificamente em relação às reformas nas políticas educacionais. As autoras concluem que, durante grande parte da década de 1990, as políticas públicas de valorização docente permaneceram estagnadas. Entretanto, com a implementação do Estatuto, observou-se um processo gradual de recuperação.

No artigo "Vencimento Salarial Docente – O Caso do Fundeb e do PSPN", Fernandes e Fernandes (2016) analisam o panorama dos vencimentos salariais dos docentes no estado, considerando o impacto do Fundeb e do PSPN. O estudo utiliza como base a legislação educacional (federal e estadual), dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), movimentos sindicais e referenciais teóricos da área. As autoras destacam as leis que sustentam o Fundeb e o PSPN, apresentando os ganhos obtidos e detalhando o pagamento escalonado do piso salarial no estado. Além disso, ressaltam a luta dos profissionais da educação por meio do "Pacto de Valorização dos Trabalhadores em Educação e Modernização do Estatuto dos Profissionais da Educação Pública de MS". Em relação ao Fundeb, a análise revela que, entre 2007 e 2014, quase a totalidade dos recursos do fundo foi

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

destinada aos salários dos docentes da rede estadual. As autoras concluem que o Fundeb e o PSPN desempenham um papel crucial na redução das assimetrias regionais, promovendo políticas distributivas que favorecem os vencimentos docentes.

Por sua vez, Sonobe, Pinto e Ribeiro (2018), no trabalho "Análise da Evolução dos Gastos por Aluno em Alguns Estados Brasileiros, Suas Respectivas Capitais e Sua Relação com o Fundeb", exploram a evolução dos recursos do Fundef e do Fundeb, bem como os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por aluno em dez estados brasileiros, incluindo Mato Grosso do Sul. Os autores destacam a relevância das políticas de fundos nos debates sobre remuneração, enfatizando que os recursos do Fundeb são fundamentais para garantir o funcionamento das escolas de educação básica. Eles argumentam que esses recursos não apenas asseguram o pagamento dos salários dos profissionais da educação, mas também viabilizam as despesas e os custos necessários para o funcionamento adequado das instituições de ensino.

Camargo, Alves e Bollmann (2018), no artigo "Dinâmica dos Vencimentos e da Remuneração Docente nas Redes Estaduais no Contexto do Fundeb e do PSPN", analisam a evolução dos vencimentos e da remuneração dos professores da educação básica em 10 redes estaduais entre 2006 e 2014. A pesquisa utiliza microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e tabelas de vencimentos, incluindo o estado de Mato Grosso do Sul na análise. Os autores concluem que, no período coincidente com a transição do Fundef para o Fundeb e com o início da vigência do PSPN, houve um crescimento na remuneração média dos professores dessas redes estaduais. Destacam ainda que o Fundeb pode ter sido um dos fatores responsáveis por esse aumento, principalmente considerando a nova lógica de financiamento implementada, que ampliou a abrangência para diferentes modalidades da educação básica.

No artigo "O Financiamento do Ensino Médio em Contexto Federativo: O Caso do Estado de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2018", Fernandes e Braz (2020) apresentam uma análise da política de financiamento para o ensino médio na rede estadual. A pesquisa examina as matrículas do ensino médio, constatando uma redução de 0,65% no período de 2010 a 2018, durante a plena vigência do Fundeb. Os autores discutem as mudanças decorrentes da transição do Fundef para o Fundeb, com ênfase na maior abrangência das modalidades educacionais contempladas. A análise utiliza dados sobre receitas de impostos estaduais, redistribuição de

recursos do Fundeb e salários do magistério. Conclui-se que o Fundeb desempenhou papel central no financiamento da educação pública, com a totalidade dos recursos sendo destinada à folha de pagamento dos docentes. Além disso, observa-se que as disputas em torno do destino dos recursos do fundo foram recorrentes, reforçando sua relevância na estrutura de financiamento educacional.

Jacomini *et al.* (2020), no artigo "Contribuições para um Balanço do Fundeb: Redistribuição dos Recursos, Despesas com Remuneração e Vínculo de Trabalho Docente", analisam os impactos do Fundeb nas condições de trabalho docente em diversos estados, incluindo Mato Grosso do Sul. A pesquisa utiliza dados como matrículas nas redes de ensino, receita total do Fundeb, valores distribuídos aos estados e ao Distrito Federal, valor aluno/ano, PSPN e despesas do fundo com a remuneração docente. Os autores concluem que, com o Fundeb, ocorreu um processo de municipalização devido à redistribuição de recursos, além de variação positiva tanto nas receitas do fundo quanto nas despesas com a remuneração do magistério. Esse cenário está em conformidade com a legislação vigente. Observa-se ainda que, durante o início e parte da vigência do Fundeb, os recursos do fundo e o PSPN resultaram em ganhos "reais e substanciais" para a remuneração e valorização dos profissionais da educação básica pública.

No artigo "FUNDEF, FUNDEB e Novo FUNDEB: Perspectivas para o Financiamento da Educação de Estados e Municípios", Castioni, Cardoso e Capuzzo (2020) contextualizam a criação do Fundef e do Fundeb, analisando a evolução da contribuição e redistribuição dos recursos entre estados e municípios, bem como a complementação da União aos fundos. O estudo aborda a transição entre a vigência do Fundef e a regulamentação do Fundeb, destacando ainda o Fundeb Permanente como um marco importante na garantia do direito à educação. Os autores concluem que o Fundeb (2007-2020) trouxe resultados positivos, tanto na redistribuição de recursos quanto na redução das desigualdades regionais, além de ampliar a cesta de impostos redistribuídos e abranger toda a educação básica.

Silva, Correa e Silva (2021), no artigo "O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a Política de Valorização dos Docentes", analisam o Fundeb como um programa fundamental para a valorização docente. Os autores explicam que essa

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

valorização envolve diversos fatores e instrumentos necessários para garantir sua efetividade, incluindo a formação e os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). Ressaltam que não reconhecer o Fundeb como uma conquista essencial para a educação pública seria negar seu papel central nos avanços educacionais. Tais melhorias vão além do aspecto salarial, contemplando também investimentos em materiais pedagógicos, aumento do custo aluno e melhorias na infraestrutura escolar. Dessa forma, o Fundeb é visto como um elemento contínuo e indispensável para a concretização de políticas educacionais voltadas à valorização docente.

Gouveia, Fernandes e Ferraz (2022), no artigo "Remuneração Docente em Contexto de Austeridade Fiscal: Uma Análise das Redes Municipais de Ensino dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná", investigaram a remuneração docente nas redes municipais de ensino de Mato Grosso do Sul e do Paraná, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da legislação educacional no período de 2008 a 2018. A análise incluiu o impacto do regime de austeridade instaurado pela Emenda Constitucional n. 95/2016, que marcou o fim de um ciclo de políticas de valorização docente baseadas na melhoria das condições de trabalho e remuneração. Foram utilizados dados referentes a vínculos empregatícios dos professores, modalidades de ensino, jornadas de trabalho e remuneração média por nível de ensino. Em relação ao Fundeb, os autores destacam seu papel na ampliação dos direitos sociais e no fortalecimento da educação básica por meio do financiamento e da redistribuição de recursos. O prazo estabelecido para a fixação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) também é apontado como um elemento importante do Fundeb, que contribuiu para a implementação de políticas de valorização docente ao garantir recursos destinados à remuneração.

Fernandes e Fernandes (2023a), no estudo "Um Balanço do Fundeb no Estado de Mato Grosso do Sul (2009 a 2020)", analisaram a execução do fundo no estado, utilizando dados de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Laboratório de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná. As autoras evidenciam mudanças significativas no cenário educacional a partir da terceira geração de políticas de fundos, com destaque para a instituição do Fundeb como política permanente. O estudo apresenta dados relacionados à homologação do Fundeb (2007-2020) no estado,

incluindo números de matrículas, valores de recursos destinados às redes estaduais e municipais, redistribuição pelas redes públicas de ensino, montantes totais do fundo e percentuais de redistribuição. As conclusões indicam que Mato Grosso do Sul não recebeu complementação de recursos da União para o Fundeb. No entanto, o estado registrou um dos maiores PSPN iniciais de carreira docente. Em contrapartida, ao longo da carreira, essa valorização não foi acompanhada de maneira consistente, uma vez que o PSPN não foi integralizado no plano de carreira docente, evidenciando uma lacuna na continuidade da valorização profissional.

No artigo "Remuneração Salarial de Professores em Redes Públicas de Ensino", de Fernandes e Fernandes (2023b), as autoras analisam a remuneração salarial de professores das redes de ensino estadual e municipal, com foco na cidade de Campo Grande, MS. O estudo abrange o período da implantação do Fundef e o início do Fundeb (1998 a 2010), inserindo a valorização da carreira docente como pauta central na agenda de políticas educacionais. Em relação ao Fundeb, destaca-se a distribuição dos recursos e as mudanças observadas nesse processo. O pacto pela valorização do magistério é discutido como um elemento que fortalece a relação entre qualidade da educação e profissionalização docente. As autoras concluem que a atratividade da carreira docente está diretamente associada às condições materiais de trabalho e remuneração e que, no município, questões relacionadas à valorização do magistério frequentemente estiveram em evidência. Na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, a partir da implementação do Fundeb, verificou-se maior estabilidade, especialmente devido à descentralização e municipalização do ensino, o que teve impactos positivos nos salários dos docentes.

Por sua vez, Gonzaga (2024), no artigo "Política de Carreira e Remuneração Docente em Mato Grosso do Sul: Análise de Artigos Científicos (2016-2020)", aborda as políticas de carreira e remuneração com foco no impacto do Fundeb (2007-2020). A autora, ao realizar um levantamento bibliográfico, demonstra que a criação do Fundeb foi um marco na implementação de políticas para o fortalecimento da educação. Baseando-se no levantamento de pesquisas e textos relevantes que sustentam os aspectos voltados para as políticas, Gonzaga destaca o Fundeb como um avanço significativo para a política educacional, não apenas por

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

promover a valorização docente, mas também por reduzir disparidades regionais e aumentar as receitas destinadas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

3.2 Como o Fundeb aparece nas dissertações?

O Quadro 2 apresenta um panorama das dissertações de mestrado encontradas no Google Acadêmico, Acesso Café (periódicos Capes), Oasis Br e o Repositório Institucional da UFMS que abordaram o Fundeb.

Quadro 2 – Produções de Dissertações sobre o Fundeb

Ano	Título	Autoras(es)
2015	O vencimento salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso Do Sul (2006-2013)	Asheley Godoy Delmondes
2019	A valorização docente no contexto do planejamento educacional: um estudo sobre o caso do estado de Mato Grosso do Sul	Beatriz Hiromi Miura
2022	Remuneração docente e austeridade fiscal: um estudo sobre o caso do estado de Mato Grosso do Sul (2015-2019)	Ana Rita Lara de Oliveira

Fonte: Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O trabalho de mestrado desenvolvido por Delmondes (2015), intitulado "O Vencimento Salarial dos Professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2006-2013)", teve como foco os vencimentos iniciais e finais dos professores da rede estadual de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, a autora analisou o impacto dos fundos Fundef e Fundeb no financiamento da educação e nas alterações nos vencimentos docentes, tanto no cenário nacional quanto estadual. Delmondes apresenta inicialmente o histórico das políticas de fundos e de valorização docente, destacando a criação e regulamentação do Fundef e do Fundeb, além da forma como os recursos foram distribuídos. A autora explora o papel do Fundeb na redistribuição dos recursos e suas repercussões nas tabelas salariais, tanto para vencimentos iniciais quanto finais. O Fundeb, segundo Delmondes, contribuiu para ampliar a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios no financiamento da educação básica.

Outro ponto de destaque na dissertação é o impacto do Fundeb no Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que ganhou relevância no cenário nacional durante a vigência do fundo. A autora também analisa a implantação do Fundeb no estado de Mato Grosso do Sul,

enfatizando a Lei n. 11.728/2008 e as contribuições da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS). Delmondes destaca a expectativa de que o Fundeb pudesse reduzir as desigualdades no financiamento da educação pública. A pesquisa utiliza dados sobre as receitas aplicadas em educação, valores recebidos pelo Fundef e Fundeb, despesas destinadas ao pagamento dos profissionais do magistério, números de matrículas, ponderações sobre o custo-aluno e as contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Delmondes conclui que grande parte da receita do Fundeb foi direcionada para a remuneração dos profissionais do magistério e observa que, no caso da rede estadual de Mato Grosso do Sul, praticamente todos os recursos recebidos pelo Fundeb foram destinados ao pagamento desses profissionais.

A pesquisa "A Valorização Docente no Contexto do Planejamento Educacional: Um Estudo sobre o Caso do Estado de Mato Grosso do Sul", realizada por Miura (2019), analisa a valorização docente no estado em relação ao alinhamento entre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e o Plano Estadual de Educação (PEE) 2014-2024, com foco na materialização da Meta 17 e das estratégias voltadas à valorização e remuneração dos docentes. Em relação ao Fundeb, o estudo contextualiza sua aprovação e detalha as leis que o criaram e regulamentaram, destacando seu alcance e abrangência. Miura ressalta também o papel do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) como instrumento de valorização profissional. Contudo, a autora pontua que, embora as legislações assegurem o direito a uma remuneração condigna, isso não garante seu cumprimento, mencionando ainda manobras frequentes que buscam driblar o que está previsto em lei.

O trabalho "Remuneração Docente e Austeridade Fiscal: Um Estudo sobre o Caso do Estado de Mato Grosso do Sul (2015-2019)", desenvolvido por Oliveira (2022), investiga a política de valorização docente no contexto das restrições impostas pela Emenda Constitucional n. 95/2016. Na dissertação, o Fundeb é destacado como uma legislação nacional que consolidou conquistas no direito à educação, além de ampliar os investimentos no setor e reformular a política de financiamento educacional, com destaque para a implementação do Fundeb Permanente. Oliveira aborda o Fundeb como o principal fundo de financiamento da educação, relacionando-o diretamente ao PSPN. Em determinados trechos, o estudo utiliza tabelas

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

comparativas para analisar a evolução do PSPN e do Valor Anual Mínimo por Aluno (VAAF-MIN) do Fundeb. A autora conclui que o Fundeb, juntamente com outras legislações e diretrizes, representou um marco para a valorização docente, promovendo conquistas importantes tanto em âmbito nacional quanto estadual. No entanto, Oliveira evidencia que, mesmo com a proteção assegurada pelo Fundeb, as políticas de austeridade têm impactado negativamente os investimentos na educação e, consequentemente, a valorização docente, repercutindo diretamente na remuneração dos profissionais.

3.3 O que dizem as teses sobre o Fundeb?

O Quadro 3 lista as teses de doutorado encontradas que exploram o Fundeb.

Quadro 3 – Teses em Programas de Pós-Graduação no estado de Mato Grosso do Sul

Ano	Título	Autoras(es)
2020	Trabalho docente na rede estadual de Mato Grosso do Sul (2008 a 2018)	Daniel Stockmann
2023	Remuneração Docente de Educação Básica em Tempos de Austeridade	Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra

Fonte: Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A tese defendida por Daniel Stockmann (2020), intitulada “Trabalho Docente na Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (2008 a 2018)”, enfocou as condições de trabalho dos docentes na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. Em relação ao Fundeb, o autor investiga como as novas normativas de regulamentação da remuneração contribuíram para criar oportunidades de crescimento profissional após a implementação do fundo, destacando o Fundeb como um mecanismo de expansão de direitos e integrando o PSPN nesse contexto. Stockmann também analisa a evolução histórica das políticas de fundos, ressaltando que desde a década de 1990 houve esforços para estabelecer mecanismos que minimizassem desigualdades e subsidiassem os custos da educação, culminando na criação do Fundeb.

O autor enfatiza a substituição do Fundef pelo Fundeb como um marco significativo, assim como a aprovação da Lei do Piso em 2008. Ele aponta que a organização do Fundeb possibilitou seu papel como política indutora, na qual cada rede de ensino assumiu responsabilidade por suas demandas específicas. Na tese, o Fundeb é apresentado como a

principal fonte de financiamento para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, o que, segundo o autor, ajudou a melhorar as condições estruturais para a execução do trabalho docente.

Stockmann conclui que as políticas de financiamento, sobretudo aquelas relacionadas aos salários e aos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCRs), se consolidaram a partir de intensas discussões que incluíram o Fundeb como elemento central. Ele ressalta que, no estado de Mato Grosso do Sul, essas políticas foram implementadas por meio de formas de resistência. Por fim, o autor reforça a importância de lutar pela democratização do acesso à educação e pela consolidação do Fundeb como um fundo permanente. Cabe destacar que a tese foi escrita antes da aprovação do Fundeb como uma política de caráter permanente, o que evidencia a relevância de sua análise no contexto das políticas educacionais.

O trabalho de Bezerra (2023), intitulado "Remuneração Docente de Educação Básica em Tempos de Austeridade", analisa o impacto das políticas de austeridade na remuneração dos docentes das redes públicas municipais de ensino das capitais brasileiras. Em relação ao Fundeb, a autora destaca sua organização como elemento essencial para garantir a equidade na distribuição de recursos, detalhando o funcionamento desse mecanismo e a parcela destinada ao pagamento da remuneração docente. O Fundeb é apresentado como um instrumento crucial para a efetivação de políticas educacionais, rompendo com a escassez de recursos e a precariedade do trabalho, ao inserir a remuneração docente no centro das discussões sobre financiamento da educação.

Ao longo da tese, Bezerra utiliza tabelas comparativas para explorar a dinâmica do financiamento da educação básica, contrastando receitas e custos relacionados ao Fundeb, PSPN, salário-mínimo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A autora também analisa dados de despesas educacionais com base em relatórios municipais, destacando as transferências do Fundeb e segmentando essas despesas por categorias. A partir de 2017, Bezerra (2023) observa um declínio nos principais indicadores educacionais vinculados às despesas e à remuneração docente, associando esse desgaste ao início de um período de austeridade e ao desmonte de políticas públicas voltadas para a educação. O estudo também

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

examina o papel dos recursos do Fundeb na composição do MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), evidenciando sua relevância nesse contexto.

Ao concluir, a autora enfatiza que, no recorte temporal analisado, a política de remuneração docente reflete a estreita relação com a política econômica, apontando para uma redução nos investimentos em consonância com as diretrizes de austeridade. Sublinha ainda a importância de monitorar as despesas do Fundeb, analisando os orçamentos municipais e a arrecadação de impostos que sustentam o fundo, destacando o impacto dessas variáveis no financiamento educacional.

Portanto, a análise das 17 produções selecionadas permite observar algumas tendências predominantes no Fundeb e consequente remuneração docente em Mato Grosso do Sul.

Percebe-se, inicialmente, forte concentração de estudos direcionados à dimensão do financiamento da educação, principalmente no que concerne à redistribuição de recursos, relação entre Fundeb, Pspn e dinâmica dos vencimentos docentes no âmbito das redes públicas. Grande parte dos trabalhos possui ênfase em análises de natureza econômico-financeira, com foco na evolução de gastos por aluno, composição de despesas com pessoal e impactos do fundo sobre a estrutura da remuneração paga aos docentes.

Além do exposto, outra perspectiva evidenciada diz respeito à recorrência de análises direcionadas ao contexto federativo e políticas de austeridade fiscal, principalmente nas produções mais recentes (2020-2024). Nessas produções, o Fundeb se articula, em sua maior parte, às restrições orçamentárias, impostas pelo regime fiscal adotado e disputas direcionadas para a valorização, com forte evidência de tensões entre condições, carreira e financiamento, todos inseridos no âmbito docente.

Sobre as dissertações e teses, registra-se maior aprofundamento na análise dos vencimentos e valorização, com enfoque na Rede Estadual de Ensino de MS, com maior sistematização dos dados. Contudo, nas produções, o Fundeb se insere como variável contextual ou aspecto pertencente ao financiamento, não se inserindo sempre, como item central das problematizações propostas.

De modo amplo, as produções analisadas apresentam a predominância por pesquisas descritivas e também diagnósticas, voltadas para análise de dados normativos e financeiros, com menores investigações em uma perspectiva longitudinal, que articule de modo direto, o

financiamento, a remuneração e os impactos estruturais na carreira docente. Outra questão recorrente se insere na concentração de produções de grupos de pesquisa e autores, fator que aponta para a consolidação do tema e abordagens teórico-metodológicas semelhantes, com pouca variação.

Sobre as lacunas existentes, percebe-se a limitação de estudos que articulem de modo sistemático a inserção do Fundeb e relação às participações e parcerias público-privadas, principalmente em contexto estadual, além de escassez de análises mais comparativas entre diferentes redes, municípios e realidades federativas. Também são poucos os trabalhos que observam o Fundeb em outras comparações, como por exemplo, com as progressões, estrutura da carreira e condições de trabalho e vida, concentrando os estudos nos vencimentos.

Portanto, mesmo que o financiamento e remuneração se enquadrem como tema consistente ao longo das produções, percebe-se que ainda existe espaço para investigações aprofundadas na análise de tendências, principalmente estruturais, que contemplem as rupturas e permanências, ao longo da vigência do Fundeb, além de um maior comparativo com o contexto do Fundeb Permanente, com vigência a partir de 2020, dialogando as diferenças entre os fundos públicos, suas destinações de recursos e interferências na remuneração docente.

4 Conclusões

O levantamento de produções bibliográficas evidencia que o Fundeb foi consolidado como tema recorrente nas publicações que tratam a valorização e remuneração docente em Mato Grosso do Sul. No que diz respeito aos artigos analisados, percebe-se uma divisão de abordagem, em parte, o fundo é objeto central de investigação, em outros, é elemento contextual, com articulação de debates amplos sobre o financiamento educacional, austeridade e carreira.

Nas dissertações e teses, embora o Fundeb esteja presente em todos os trabalhos analisados, ele raramente foi tratado como tema exclusivo. Nas produções, o fundo é analisado como instrumento que faz parte da estrutura do financiamento da educação básica e variável participante da composição dos vencimentos e políticas de valorização. A análise feita indica

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

que, muitas vezes, o tema se concentra na dimensão econômico-financeira, com menor percepção do aprofundamento na estrutura da carreira e condições de trabalho ao longo dos anos.

Portanto, percebe-se que as produções acadêmicas reconhecem os avanços que o Fundeb proporciona no âmbito da garantia de recursos direcionados para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, além do aumento nos recursos e vinculações dos orçamentos. Ao longo da análise, algumas limitações tornam-se aparentes como, por exemplo, as articulações entre estrutura da carreira, financiamento e impactos direcionados para a valorização de modo comparativo e contemplando evoluções históricas. Desta forma, ao estabelecer a análise e sistematização das produções inseridas no período de vigência do Fundeb (2007-2020), este estudo contribui para evidenciar e tornar explícitas as tendências e lacunas existentes da pesquisa no âmbito sul-mato-grossense, com as indicações de possibilidade e necessidade de investigações que auxiliem no aprofundamento na relação entre política educacional, financiamento, remuneração docente e transformações estruturais e sociais.

Referências

BEZERRA, Maria do Socorro Sales Felipe. **Remuneração Docente de Educação Básica em Tempos de Austeridade.** 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6400. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 164, n. 118, p. 7-12,

21 jun. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 136, p. 1, 17 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 1-8, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

CAMARGO, Rubens Barbosa de.; ALVES, Thiago; BOLLMANN, Maria da Graça. Dinâmica dos vencimentos e da remuneração docente nas redes estaduais no contexto do Fundeb e do PSPN. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** v. 34, n. 2, p. 413-435, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/84109. Acesso em: 08 set. 2024.

CASTIONI, Remi; CARDOSO, Mônica Serafim; CAPUZZO, Alisson. Fundef, Fundeb e Novo Fundeb: Perspectivas para o financiamento da educação de Estados e Municípios. **Revista Educação, Cultura E Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 80-95, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8553. Acesso em: 08 set. 2024.

DELMONDES, Asheley Godoy. **O vencimento salarial dos professores da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2006-2013).** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3012. Acesso em: 08 set. 2024.

FERNANDES, Solange Jarcem. **A gestão dos fundos contábeis para o financiamento do ensino no município de Campo Grande/MS.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013. Disponível em: http://observatorioderemuneracaodocente.fe.usp.br/FernandesSolangeJarcem.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

FERNANDES, Maria Dilnéia; BRAZ, Terezinha Pereira. O financiamento do ensino médio em contexto federativo: o caso do estado de Mato Grosso do Sul de 2007 a 2018. **Revista Inter-Ação,** Goiânia, v. 45, n. 2, p. 402–419, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62597. Acesso em: 08 set. 2024.

DOI: 10.5281/zenodo.21775851

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. Vencimento salarial docente - O caso do Fundeb e do PSPN. **Retratos Da Escola**, v. 10, n. 18, p. 275-292, jan./jun. 2016. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/664. Acesso em: 08 set. 2024.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. Um balanço do Fundeb no estado de Mato Grosso do Sul (2009 a 2020). **Revista Linhas,** v. 24, n. 54, p. 100-119, 2023a. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/23391. Acesso em: 08 set. 2024.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERNANDES, Solange Jarcem. Remuneração salarial de professores em redes públicas de ensino. **Educação Em Revista,** v. 29, n. 4, p. 167–188, 2023b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/zPhHbj4YstGDJjtwHspBZCk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 08 set. 2024.

GONZAGA, Carolina Luiza Feldkircher. Política de carreira e remuneração docente em Mato Grosso do Sul: Análise de Artigos Científicos (2016-2020). **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN),** v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/20715. Acesso em: 08 set. 2024.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Remuneração docente em contexto de austeridade fiscal: uma análise das redes municipais de ensino dos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yvRkPWvY4ScnvT94hLWXmtB/. Acesso em: 08 set. 2024.

GROCHOSKA, Marcia Andreia; GOUVEIA, Andréia Barbosa. Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/VGY7RvbFnGp5NPgRbfMwFsj/. Acesso em: 01 out. 2024.

JACOMINI, Márcia Aparecida *et al.* Contribuições para um balanço do Fundeb: redistribuição dos recursos, despesas com remuneração e vínculo de trabalho docente. **FINEDUCA-Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 22, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/102695. Acesso em: 08 set. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (2014-2024)**. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação, 2014. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-MS.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Fundef:** Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério – Manual de orientação**. Brasília, DF, [s/d]. Disponível em:** http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/mo.pdf. **Acesso em: 10 set. 2024.**

MIURA, Beatriz Hiromi. **A valorização docente no contexto do planejamento educacional: um estudo sobre o caso do estado de Mato Grosso do Sul.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4447. Acesso em: 08 set. 2024.

OLIVEIRA, Ana Rita Lara de. **Remuneração docente e austeridade fiscal: um estudo de caso do estado de Mato Grosso do Sul (2015-2019).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4661. Acesso em: 08 set. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização? **Revista Educação Em Questão**, v. 46, n. 32, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5122. Acesso em: 08 set. 2024.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilneia Espíndola; SIMÕES, Caroline Hardoim. Planos de cargos, carreira e remuneração do magistério sul mato-grossense (1979-2010): Primeiras aproximações. **Educação Em Foco**, v. 15, n. 19, p. 33–55, jun. 2012**.** Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/248/217. Acesso em: 08 set. 2024.

SILVA, Josefa dos Santos; CORREA, Onivan de Lima; SILVA, Celeida Maria da Costa de Souza e. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a política de valorização dos docentes. **Anais do seminário formação docente:** intersecção entre universidade e escola, v. 4, n. 4, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/article/view/7508. Acesso em: 08 set. 2024.

SONOBE, Aline Kazuko; PINTO, José Marcelino de Rezende; RIBEIRO, Josete Maria Cangussú. Análise da evolução dos gastos por aluno em alguns estados brasileiros, suas respectivas capitais e sua relação com o Fundeb. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** v. 34, n. 2, p. 395-411, mai./ago. 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/86366. Acesso em: 08 set. 2024.

STOCKMANN, Daniel. **Trabalho docente na rede estadual de Mato Grosso do Sul (2008 a 2018).** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4378. Acesso em: 08 set. 2024.

DOI: 10.5281/zenodo.21775851